

A C Ó R D ã O Nº 8.762

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.102.2012-80-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Senhor José Raimundo de Souza Bentes
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
REVISORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Inconformidade entre o valor da Receita Corrente Líquida – RCL informado no Relatório de Gestão Fiscal e o apurado pela análise técnica. Regularidade com ressalvas. Corrigir a falha apontada nas próximas edições da matéria. Observar nas próximas edições da matéria que as licitações, dispensas e inexigibilidade devem, previamente, iniciar com abertura de processo administrativo. Notificação do atual gestor.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor **José Raimundo de Souza Bentes** – Prefeito Municipal, com fulcro no inciso II, do art. 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **valendo como ressalva** a inconformidade entre o valor da Receita Corrente Líquida – RCL informado no Relatório de Gestão Fiscal e o apurado pela análise técnica; e **2) notificar** o atual gestor para: **a)** corrigir a falha apontada nas próximas edições da matéria; **b)** observar nas próximas edições da matéria que as licitações, dispensas e inexigibilidade devem, previamente, iniciar com abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, sendo os autos compostos ainda: de justificativa da contratação, de pesquisas de preços, de parecer jurídico, de documentos e propostas de preços e demais documentos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/1993, quando cabível. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergiram o Conselheiro Antônio Jorge Malheiro e a Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo**, que votaram: **a)** pela irregularidade das contas, em face da contratação de serviços de assessoramento contábil e jurídico sem o devido procedimento licitatório; e **b)** pela aplicação de multa ao gestor no valor de R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 03 de abril de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator

Fui presente: **ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br